

História da África e a Persistência da Colonialidade do Tempo: o caso da Idade Média Global

African History and the Persistence of the Coloniality of Time: the
case of the Global Middle Ages

Rodrigo Castro Rezende ¹

¹ Professor de História da África do Departamento de História da UFF - Campos dos Goytacazes. E-mail: rcrezende@id.uff.br.

RESUMO

Este artigo investiga as dissonâncias entre a periodização quadripartite eurocêntrica e a História da África, levantando como hipótese que há certo imperialismo em se utilizar essa divisão para a África. Tomando como eixo de análises os estudos que envolvem a História Global, o Decolonial e a Idade Média Global, esse artigo investiga como esses três temas acabam por reproduzir a Biblioteca Colonial, avançando-a para outro estágio, denominado aqui de Biblioteca Neocolonial. Como fontes, utilizou-se de obras relativas aos seguintes assuntos: Tempo Histórico, História Global, Decolonial, África Medieval, História da África e Historiografia Africana. Com isso, buscou-se demonstrar as vicissitudes em se tentar inserir os povos do continente africano em alguma periodização formulada no seio do Ocidente, tomando como estratégia a utilização de tempos históricos próprios para os casos dos povos africanos a serem analisados pelos pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: África; História da África; Tempo histórico; Biblioteca Neocolonial.

ABSTRACT

This article investigates the dissonances between Eurocentric quadripartite periodization and the History of Africa, raising as a hypothesis that there is a certain imperialism in using this division for Africa. Taking as an axis of analysis the studies involving Global History, the Decolonial and the The Global Middle Ages, this study investigates how these three themes end up reproducing the Colonial Library, advancing it to another stage, called here the Neocolonial Library. As sources, he used works related to the following subjects: Historical Time, Global History, Decolonial, Medieval Africa, History of Africa and African Historiography. With this, we sought to demonstrate the vicissitudes in trying to insert the peoples of the African continent in some periodization formulated within the West, taking as a strategy the use of historical times specific to the cases of African peoples to be analyzed by researchers.

KEYWORDS: Africa; History of Africa; Historical Time; Neocolonial Library.

Introdução

Este artigo nasceu das minhas inquietações sobre o uso da periodização eurocêntrica e universal em relação ao continente africano. Tendo isso em vista, darei ênfase na utilização da Idade Média, Estudos Medievais e afins na África, sobretudo às pesquisas que tomam como norte a História Global e o Decolonial. A minha principal hipótese é que essas pesquisas que se dizem Decoloniais e afirmam existir uma África Medieval acabam por fomentar análises dentro de um Biblioteca Neocolonial, que, supostamente, dão protagonismo aos povos do continente africano, mas que na prática reproduzem a tradução desses povos pelo prisma Ocidental, submetendo-os às “Epistemologias do Norte” e decolonizando apenas uma suposta “Idade Média Global”.

Para este fim, discuto nesse artigo as noções de tempo e como a divisão quadripartite da historiografia foi pensada através das realidades ocidentais, não considerando outras experiências históricas; segundo, teço algumas considerações sobre o uso da História Global e o Decolonial nos estudos medievais e como isso acaba por desfigurar os estudos africanistas; posteriormente, tento argumentar como há uma distorção dos usos do medievalismo em África; por último, fomento considerações de como os estudos medievalistas acabam por arregimentar uma biblioteca neocolonial em relação a África, apontando como solução o uso da denominada “História Conectada” em vez de Global.

Este não é um artigo propositivo no sentido de apontar quais periodizações deveriam existir para o continente africano, que, acredito, devam ser regionalizadas, não havendo generalizações para toda a África. A intenção desse trabalho incipiente, na verdade, é o de conduzir o leitor e a leitora a uma reflexão sobre as distorções que causam a utilização da periodização quadripartite em África, com especial atenção à Época europeia chamada de

Idade Média.

Períodos, Tempos, Espaços e História

O tempo histórico foi dividido em períodos de forma impositiva pelos historiadores, vigorando a quadripartite: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Surgido entre o final do Setecentos e início da centúria seguinte, esse compartilhamento foi necessário em função de “[...] definir a História nos termos de sua relação específica com o tempo” (BARROS, 2013, p. 15). Entretanto, tornou-se o “relato dos vencedores”, “progressista e evolucionista”, “Universal”, “Eurocêntrico” e feito pelas “classes dominantes” (OLIVEIRA; MIRANDA, 2014, p. 7-10), desconsiderando as experiências de outros povos para além da Europa Ocidental, com seus marcos de rupturas baseados em eventos ocorridos no seio do Ocidente, não levando em consideração as realidades próprias de outras sociedades, que são acomodadas à força a esse modelo. Ainda que, como escreveu José D’Assunção Barros (2013, p. 13), “[...], no caso da História, a perspectiva do tempo seja visceral. Sem ela, os historiadores simplesmente não existem”, questiono se essa noção de periodização seja de fato universal e em que sentido o espaço e as culturas das sociedades humanas balizam os entendimentos sobre o que vem a ser o tempo.

Muito disso tem relação com o entendimento sobre o tempo e espaço. Ao me debruçar sobre essas duas categorias, tenho, como afirmou Ciro Flamarion Cardoso (2005, p. 47), que o espaço foi domesticado antes do tempo pelo ser humano. Contudo, esse processo não pode ser tido como universal para todas as comunidades. As noções da quantidade de dias que formam uma semana, meses e anos são quase que infinitas dentre as inúmeras sociedades humanas. Do mesmo modo, a percepção de espaço também está longe de ser homogênea. O que ocorre é a sua generalização a partir do ponto de vista Ocidental

(KOSELLECK, 2014, p. 73-76). Dessa forma, naturaliza-se essas definições sem atentar que distintos agrupamentos humanos as percebem de formas diferentes.

Acrescento a necessidade de diferenciar a compreensão que se tem em relação ao que vem a ser tempo. José Carlos Reis (2006, p. 183-198) explica que essa magnitude apresenta três possíveis divisões: o da natureza, que é cíclico e infinito; o da consciência que é transitório e quase que individual; e o tempo histórico, que se define na relação da distinção entre passado e futuro. O tempo dos historiadores é essencialmente o da existência dos seres humanos, tanto da influência do homem sobre o meio em que está, assim como o contrário.

Neste sentido, seria o presente a explicar o passado e a jogar ao futuro seu virtual potencial ou possibilidade, e não o passado influenciando o presente, mas um dado fato do presente sendo interpretado em suas possíveis origens no passado como algo que poderia ter influenciado a si mesmo. É nesse ponto que o historiador atua, ao dizer no presente, quais fatos do passado interferiram. E isso não tem relação direta com causa e efeito, mas com a interpretação no presente. No período da Revolução Francesa, iniciou-se um processo de conceber o passado como algo desprovido de sentido, atrasado, fonte do autoritarismo, sobretudo, em relação as novas e complexas questões que se despertavam. Nesse contexto, o passado seria negado e as vistas desse sujeito se voltavam para o futuro, tomando consciência das coisas que não são mais (passado) e das coisas que ainda não são (futuro). Dessa forma, é a força vinda do futuro que impede o ser humano a voltar ao passado. Esse ser humano, por outro lado, nunca está no presente, mas em um intervalo de tempo não contínuo (ARENDT, 2016, p. 34-37). Não tardou e a modernidade europeia, com seu progresso e prognósticos futuros, fez com que o tempo se tornasse algo passível de ser acelerado, ganhando um verniz utópico e imediatista (KOSELLECK, 2006, p. 35-36).

No entanto, a necessidade de se fragmentar o tempo histórico ainda

perdura e toda periodização tem dois aspectos conjuntos: fatos e conceitos. Os fatos “[...] são postos em correspondência com conceitos como idade, período, era ou época” (POMIAN, 1993, p. 164-167). Isso faz com que as periodizações forneçam informações sobre fatos, que se relacionam em realidades contínuas e são separadas em ordem de sucessão, tornando pensáveis os próprios fatos, mas que acabam integrando uma “história universal” (POMIAN, 1993, p. 207-208). Porém, a periodização quadripartite universal elimina as especificidades espaciais e culturais. Jean Chesneaux (1995, p. 92-97) escreveu que “esse sistema quadripartite de organização da história universal é um fato francês”, cumprindo funções ideológicas do Estado Ocidental, reduzindo “[...] quantitativa e qualitativamente o lugar dos povos não-europeus na evolução universal. Por essa razão, faz parte do aparelho intelectual do imperialismo”. Dessa forma, o quadripartismo é inadequado até mesmo para a própria Europa, pois retira as especificidades espaciais. Ilustrando o caso, a Idade Média é expandida para as áreas do Báltico e do Mar do Norte no século XIII, cujas características eram a do predomínio de cidades comerciais, sem ligações diretas com o medievalismo de boa parte de outras paragens do continente. Sintetizando, essa divisão e sua utilização arbitrária é uma verdadeira doutrinação eurocêntrica do “mundo dos brancos”.

E esse é o problema da utilização prática da História Global relacionada aos Estudos Decoloniais, sobretudo quando se analisa a África no período medieval europeu, pois não apenas subtraem dos povos do continente africano suas especificidades, como também disfarçam a ideologia eurocêntrica pelo seu aspecto discursivo de decolonial. Na verdade, o decolonial só funciona para mascarar a temporalidade eurocêntrica, o que fomenta o desaparecimento do espaço sociocultural africano, reafirmando a divisão do tempo universal, sempre submissa aos eventos ocorridos na Europa. Nesse ponto parece que os pesquisadores se esquecem das origens dos conceitos de cada período.

Medievalismos na África: uma discussão.

Os estudos sobre a Idade Média ganham a sua couraça atual a partir da segunda metade do Oitocentos, referindo-se a grosso modo ao período entre os séculos V e XV. Em um primeiro momento, os Estudos Medievais endossaram o nascimento do nacionalismo europeu e a própria formação do continente. Por outro lado, a partir da segunda metade do século XX, a historiografia francesa começou a alargar esse entendimento, tendo como escopo a História Mundial. Porém, foi o inglês Jack Goody que fez uma contribuição vital para o campo e criticou o eurocentrismo da Idade Média, argumentando que a Europa desse período tinha relações de interdependência e de integração em escala mundial. Com isso, a ideia do que vem a ser Idade Média abrangeu as regiões do Levante, Escandinávia e Norte da África (SILVA, 2020, p. 3-5).

Jacques Le Goff (2015, p. 12-19), por sua vez, desenvolveu um pensamento que se aproxima e, ao mesmo tempo, se destoa do anterior. As partes semelhantes são a de afirmar que o aparecimento da Idade Média no século XIX não foi neutra e tampouco inocente, pois se conectava aos aspectos de formação dos Estados Nacionais europeus e de que se refere única e exclusivamente às sociedades da Europa Ocidental. Diverge, contudo, na ideia de incauteza em termos de periodização. Segundo esse autor, a mundialização, enquanto um fenômeno imperialista, serviu para “homogeneizar o tempo”, levando a periodização ocidental para outras civilizações. No entanto, a ideia de uma Idade Média para outras partes do globo foi totalmente rechaçada por esse autor, que afirmou: “[...], os historiadores não devem confundir, como fizeram frequentemente até agora, a ideia de mundialização com a de uniformização” (LE GOFF, 2015, p. 133-134).

Daqui, tem-se dois pontos: os europeus da Idade Média tinham contatos

com sociedades de fora desse continente que os influenciaram e o período medieval não termina no século XV, mas, segundo a proposta de Le Goff, alcançou até meados do Setecentos. Em que se pese o estrangulamento do período moderno europeu, ficam as perguntas: a Idade Média não seria algo típico e originalmente europeu, mas que abrangeu outras regiões? A partir dessa questão, seria possível existir uma Idade Média africana?

Richard Drayton e David Motadel (2018, p. 14) argumentam que as críticas relativas a história global não estão totalmente equivocadas ao sugerirem que se corre o risco de a tornar uma nova “máscara” para a história imperial, fomentando novos panoramas de “centro e periferia”. Na verdade, “Há boas razões, por exemplo, para que muitos historiadores africanos mantenham certa hostilidade em relação à história atlântica, considerando que ela presta mais atenção aos africanos envolvidos com a história europeia e americana em alto-mar”. Assim, tem-se um eurocentrismo travestido de outros métodos, que denominarei de Biblioteca Neocolonial, conceito a ser explicado mais a frente. Esses “outros métodos” são blindados pelo uso do decolonial na Idade Média, que se apresenta com um olhar mais fixo nas sociedades fora da Europa Ocidental. Na verdade, ao utilizarem de uma Idade Média africana ou de alhures, esses autores, alguns serão analisados adiante, acabam incorrendo exatamente naquilo que Aníbal Quijano (2000, p. 201) e Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 45) tentaram combater: o eurocentrismo, a hegemonia epistemológica do Norte Global e a linearidade do tempo universal.

Assim, a periodização de Idade Média na África, mas, sobretudo, a invenção de um medievo africano são sintomáticos dessa estratégia de decolonizar a Idade Média utilizando a História Global, que, no Brasil, foi fortalecida após as discussões em torno da BNCC entre 2015 e 2017, em que o “Quadripartismo” seria sacrificado em nome de uma educação menos “eurocentrada”. Isso teve como corolário com que os medievalistas brasileiros

fomentassem uma estratégia de “deseurocentrar” os Estudos Medievais, aproximando suas pesquisas das discussões pós-coloniais; dos estudos africanos; das ideias de representações do medieval, típica da Escola Anglófona; dentre outros aspectos (ALTSCHUL; GRZYBOWSKI, 2020; e BERRIEL, 2020). Na *práxis*, entretanto, fizeram uma aproximação com a África, mas não com os Estudos Africanos. Pouco ou não das análises fomentadas por africanistas aparecem em seus trabalhos, o que acaba por deformar a História da África, indicando periodizações estranhas aos povos do continente em apreço.

História Medieval da África: entre a banalidade epistemológica eurocêntrica, a negação e a afirmação.

A História da África tem sido definida e estudada por muitos pesquisadores nos últimos tempos através de três eventos históricos: o Tráfico Internacional de Escravizados, o Colonialismo e o *Apartheid*, que têm cumprido o (des)serviço de alienar o “eu africano”, tornando-o um estranho para si mesmo, um ser “objetificado” (MBEMBE, 2001, p. 174). Por esta análise, a História da África só aparece quando o africano é vitimizado e a partir do desdobramento da interferência do outro no continente, como um mero apêndice da história do colonizador. Durante muito tempo, no plano do discurso, a África nem mesmo tinha História, seja no sentido de processo ou disciplina, ou, quando demonstrou algum aspecto histórico, os africanos eram passivos, sempre absorvendo técnicas de povos de fora do continente, relegando, muitas vezes, a contribuição africana no comércio euro-asiático da Idade Média.

Em relação a cronologia, os povos do continente africano tinham suas próprias computações temporais: em Bono Mansu, cada soberano tinha um vaso no templo, que a cada ano recebia uma pepita de ouro; entre os Dogons, o *senhi* é comemorado a cada 60 anos e durante os festivais a árvore sagrada

recebe um talhe em seu tronco; e os Mossi faziam sacrifícios quando o soberano alcançava 30 anos de idade. Logo, muito da noção de tempo de vários povos do continente africano ou os seus marcos temporais não estão escritos em manuscritos, mas fazem parte das suas respectivas “Tradições Orais” (KIZERBO, 1979, p. 10-19).

Elikia M'Bokolo (2009, p. 12-13) assevera como indispensável aos estudos africanistas que analisam dos séculos VII ao XVIII o uso das “Tradições Orais”, mas também “[...] em situação minoritária, com outros saberes – arqueologia, pré-história, paleontologia, biologia, genética, lingüística... - cujas interrogações e contribuições constantemente renovadas aparecem dotadas de uma fecundidade insubstituível”. O autor propõe uma divisão cronológica que seria a chegada e a dominação europeia iniciada no Setecentos e que se consolida nos séculos posteriores, a depender da região. Antes disso, trabalha-se com inúmeras visões temporais.

Achille Mbembe (2015, p. 378-384) afirma que as sociedades africanas mais afastadas no tempo tinham uma multiplicidade de tempos, ritmos, racionalidades e particularidades locais, que, malgrado não poderem ser pensadas fora do mundo, não eram as mesmas da Europa Ocidental. Isso quer dizer, ainda segundo o mesmo autor, que seria impossível definir qualquer sociedade africana a partir da periodização europeia.

Ivaldo Lima (2023, p. 10-11), recentemente, fez críticas a essa questão, levantando as especificidades do continente africano, que deve ter uma periodização própria e repertórios conceituais que levem em consideração os pormenores de seus povos e espaços. Isso significa dizer que para compreender a história do continente africano devemos rejeitar a periodização quadripartite.

Malgrado a conceitualização de tempo e, possivelmente, de períodos no continente africano variam quase que de povo para povo (observando que a África tem quase 2.000 povos), ainda assim existem produções que estabelecem

uma suposta universalização da periodização da história da África e da Europa, com a submissão daquela em relação a essa.

As relações da Europa Medieval com a África são tratadas em inúmeros trabalhos acadêmicos. Scott MacEachern (2017, p. 90-95) discute, dentro da perspectiva da História Global, a existência dessa mesma ligação entre a Europa Medieval e o norte da África, apontando que, enquanto a Europa tinha uma economia quase que toda voltada para a agricultura, na África existia um comércio pulsante e a realidade urbana era palpável muito em função dos muçulmanos. Ponto importante a ser destacado é que ambos os autores utilizam o termo “Europa Medieval” e não “África Medieval”.

Marc Ferro (1983, p. 35-49) relata que o conhecimento da História da África poderia ser estratificado em três níveis: o da “Tradição Oral”, o da História ensinada pelo colonizador”; e o das independências, feita através dos esforços dos historiadores e dos africanistas contemporâneos em descolonizar a História da África. O primeiro nível está voltado para a realidade de como a “Tradição Oral” revela a história aos povos do continente africano e, com ela, a própria noção de tempo e história; o segundo impõe uma história estranha aos povos do continente africano, marcada pela periodização europeia. Assim, os gauleses se tornam os antepassados dos Wolof, por exemplo; e o último, marcado inicialmente pela tentativa de demonstrar as riquezas e os esplendores dos “reinos” e “impérios” africanos, colocando, inclusive, uma “tradição anticristã”. Posteriormente, essa tendência declina e os africanistas acabam por demonstrar críticas aos segundo e terceiro níveis, que fantasiavam o continente.

As relações entre África e a Europa, durante a Idade Média dessa, são conhecidas e seus estudos são antigos. Não raro, encontro obras que se referem a uma História Medieval Africana, ou Idade Média da África e congêneres. Estes estudos, contudo, não são homogêneos em seus entendimentos sobre os usos de uma Idade Média para a África. De maneira resumida, poderia dividir

em três grandes grupos: os que utilizam algum desses termos de maneira genérica, naturalizando a divisão quadripartite europeia como universal; os que negam a existência de uma Idade Média para a continente, mas, ainda assim, instrumentalizam a periodização ou os séculos; e os que afirmam ter existido uma Idade Média africana ou generalizam em um universalismo denominado de “Pré-Moderno”.

O uso do termo medieval aplicado ao continente africano é antigo. Muitos pesquisadores chamaram determinadas sociedades africanas de medievais ou estando em uma suposta Idade Média, quase que de forma acidental. O próprio M'Bokolo (2009), já citado no artigo, empregou esse termo. Boubacar Barry (2000) ao apresentar um estudo sobre a “Senegâmbia” também atribuiu a expressão. Outros autores que apresentaram o termo foram Nehemia Levtzion e Jay Spaulding (2003), cujo fim parece ser uma naturalização da universalização da terminologia. David Conrad (2005) também escreveu sobre uma “África Ocidental Medieval”. Por último, os autores Patricia e Fredrick McKissack (1994) utilizaram o termo, não tecendo explicações sobre o seu uso.

Estes autores e inúmeros outros consideraram registrar em suas obras as expressões África Medieval, África da Idade Média e correlatos. Entretanto, não teceram nenhuma definição sobre suas utilizações. Naturalizando-as a todo momento, muitas vezes, passando a impressão de que se tratava de uma questão didática para apenas situar o leitor, sem se comprometerem com os significados. Como visto, um período se relaciona com o fato e com o conceito, as mentalidades de uma época e de um lugar.

Hannah Arendt (1999) descreveu a banalidade do mal, que tomo de empréstimo aqui, mas troco o “do mal” por “epistemológica”, que ocorre quando o sujeito segue a massa, instrumentalizando determinados conceitos como universais e os apresentando de forma segura, mas sem os criticar. Claro que nem todos os autores acima se encaixam nessa definição, pois fizeram uso

do termo de forma incidental, apenas para tornar mais fácil a localização temporal do leitor e da leitora. Contudo, na mente do incauto e do mal-intencionado, isso se traduz em verdade ou em arma, justificando o seu uso indiscriminado. Esse seria o perigo de universalizar os períodos europeus para outras sociedades.

Por outro lado, há uma quantidade significativa de estudiosos que se apresenta contra o uso de História Medieval ou Idade Média para a África. Esse grupo poderia ser dividido entre os que são diretamente opostos aos termos para o continente africano e os que deixam claro que eles se referem única e exclusivamente à Europa Ocidental. A esse respeito Michael Gomez (2018, p. V) escreveu:

Ao utilizar os termos “inicial” (do século III d.C. ao século VII/XIII) e “medieval” (do século VII/XIII ao final do século X/XVI), não pretendo sugerir que a história da África Ocidental se conforma com as periodizações europeias ou asiáticas (embora haja alguma correspondência). Pelo contrário, “inicial” e “medieval” representam efetivamente desenvolvimentos marcantes na própria região conjunta.

Assim, o autor admite, contraditoriamente, que as terminologias “inicial” e “medieval” não são possíveis para a África, mas que congregam as regiões europeia e asiática. Devemos destacar, porém, que Gomez faz uso quase que exclusivo de fontes manuscritas (europeias e, especialmente, “árabes”), sufocando assim, os demais povos que não se pautavam pelos vieses temporais cristãos ou muçulmanos.

Diego Zanoto (2008, p. 66) também se mostrou contra o período de Idade Média para a África, alegando: “Poderíamos situar cronologicamente esses Estados como pertencentes ao período ‘medieval’, mas entendemos que o conceito de ‘Idade Média’ foi proposto com base em um olhar eurocêntrico da História, o que nos leva a procurar evitar utilizá-lo fora de um contexto

européu”.

Em obra de qualidade ímpar, o antigo medievalista José Rivair Macedo (2021, p. 37-38) teceu algumas considerações sobre as fontes “árabes” e europeias sobre a África, e a questão da periodização, informando que as fontes produzidas em condições “extravertidas” por narradores e intérpretes com categorias mentais distintas dos povos observados tendem a apresentar resultados distorcidos; geralmente, as obras escritas por africanos não reproduzem a expressão “Idade Média”, optando por outras denominações; e que não são raras as generalizações do uso da periodização europeia não apenas na África, mas também em outras regiões.

A razão das críticas de Macedo são claras e legítimas. Não há como descrever as realizações e as experiências dos povos do continente africano através da premissa temporal eurocêntrica. O autor não apenas aponta os problemas existentes com relação às fontes “árabes”, mas também rejeita totalmente a reprodução das expressões “Idade Média” e “Medieval” na África. A própria coleção da História Geral da África da Unesco foi produzida a partir de uma periodização própria, recusando a eurocêntrica e potencializando a regional, que condiz mais com as especificidades dos povos desse continente, malgrado existam generalizações (BARBOSA, p. 413-418). Outros autores, quando utilizam de demarcações temporais ou se reportam as relações entre a Europa e a África no período da Idade Média daquele continente deixam claro a referência a essa periodização como algo tipicamente europeu, não fazendo sentido o seu uso para casos envolvendo a África (FARIAS, 2003, p. xxiii;² SILVEIRA; CORREA, 2008, p. 81; e MARQUES, 2008, p. 44).

2 Interessante notar que Paulo Fernando de Moraes Farias, utiliza o termo “Medieval” em sua obra, mas deixa claro que a terminologia é um equívoco para o continente africano, o que nos permite pensar que a questão possa ter orbitado muito mais a imposição “mercadológica” da editora do que uma escolha do autor.

O terceiro grupo é formado por pesquisadores voltados para as análises de uma possível “África Medieval” ou da “Idade Média”. Esses autores são, de maneira geral, medievalistas ou têm suas origens acadêmicas em estudos desse período europeu, que em algum momento de suas vidas se ocuparam, de forma facultativa ou não, a estudar os povos do continente africano. Incrivelmente coincidente também é que se debruçaram sobre as análises de povos e sociedades que de alguma maneira mais se relacionaram com a Europa do Período Medieval.

O historiador francês François-Xavier Fauvelle-Aymar, no ano de 2013, publicava o seu “Le Rhinocéros D’or: Histoires du Moyen Âge Africain” (Os Rinocerontes de ouro: Histórias da Idade Média Africana). Em seu perfil no *ResearchGate* está, enquanto suas “habilidades e especializações”, dentre outras coisas: “História Medieval”.³ Para fundamentar a sua “Histórias da Idade Média Africana”, Fauvelle-Aymar (2013, p. 5) escreveu que os marcos cronológicos dos séculos VIII e XV são medievais, ou seja,

a África dos Séculos de Ouro, ou África medieval daqui em diante, estava sujeita a um certo regime documental caracterizado pela ausência, na maioria dos casos, de produção escrita interna às sociedades, pela disparidade de fontes escritas externas e pela equivocidade dos documentos materiais, a singularidade ou heterogeneidade das testemunhas do passado consideradas como um todo e, portanto, a irregularidade da “malha” narrativa que é possível tecer, às vezes firmemente engessada como uma malha sobre o evento, às vezes esticada até a largura de uma narrativa que, se não pode responder a todas as perguntas, pode pelo menos apresentar algumas delas. Como o sistema documental da Idade Média não é o da África antiga, nem o da África moderna, não devemos hesitar em reconhecer sua originalidade, o que justifica a distinção desse

3 François-Xavier Fauvelle-Aymar. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/profile/Francois-Xavier-Fauvelle-Aymar>. Acesso em: 03 set. 2024.

período na história da África.

Assim, pela lógica do autor, se as fontes escritas se referem aos séculos VIII ao XV d.C., logo a periodização, independente de que seja a África, deve ser a Idade Média. Não há dúvidas de que o raciocínio de Fauvelle-Aymar é bem lógico, mas também extremamente eurocêntrico, não permitindo pensar em outras formas de o tempo ser apresentado. Esse universalismo será importante para entendermos outras propostas.

Em 2021, a historiadora alemã, Verena Krebs, professora de história medieval, em Bochum, Alemanha, lecionando regularmente seminários e cursos sobre a “Idade Média Global”,⁴ publicava o seu “Medieval Ethiopian Kingship, Craft, and Diplomacy with Latin Europe” (Realeza, artesanato e diplomacia etíope medieval com a Europa Latina). Nessa obra, “justificou” o uso de Medieval e Idade Média para a Etiópia, ao invés do Salomônico, como eles mesmos tratam sua periodização, assim:

A aplicabilidade dos termos “medieval” ou “Idade Média” a regiões não europeias tem gerado muitas discussões no campo dos Estudos Medievais nos últimos anos. No entanto, os principais estudiosos etíopes do século XX (de Tadesse Tamrat e Sergew Hable Selassie a Getatchew Haile), ao escreverem em inglês sobre esse período, empregaram esses dois termos por muito tempo e livremente. O uso de “medieval tardio” e “Idade Média tardia” neste livro é, portanto, uma homenagem aos grandes historiadores etíopes, em cujos passos estou caminhando. É também uma escolha consciente para destacar a profunda história de emaranhamento entre as terras altas do nordeste da África e o Mediterrâneo, que é o cerne deste estudo (KREBS, 2021, p. 4).

A explicação dada por Krebs gira em torno de autores etíopes que, ao

4 Para as ligações da autora com a Idade Média, ver: <https://www.verenakrebs.com/about/>. Acesso em: 03 set. 2024.

escreverem em inglês, utilizaram os termos “medieval” ou “Idade Média”, além de seus desdobramentos. Acrescenta ainda que, a aplicação dessas nomenclaturas geraram discussões entre os medievalistas. Nesse ponto nasce duas questões importantes: primeiro, será que os historiadores etíopes citados que escreveram em língua inglesa estavam de fato preocupados em apresentar suas obras para um público etíope ou mais amplo? Assim, seria a utilização dessas nomenclaturas uma forma de facilitar a leitura para o público-alvo? A editora influencia(ou) a utilização desse título? Por último, tendo em vista que a preocupação da autora foi com os “Estudos Medievais” e não com as pesquisas africanistas, até que ponto isso poderia ter influenciado na utilização de tais designativos temporais?

Saheed A. Adejumobi (2007), ao escrever sua “The History of Ethiopia” (A História da Etiópia), propõe outra divisão histórica que leva em consideração as próprias realidades locais: Período Axumita (cerca de 100 d.C. – 940 d.C.); Dinastia Zagwe (cerca de 900 d.C. – 1270 d.C.); Dinastia Salomônica (1270 d.C. – 1974 d.C.), que abarca em seu interior o Período Gondarino (1632 – 1855), Zemene Mesafint (Era dos Príncipes, 1769 – 1855) e Modernização, o Reinado de Haile Selassie (1930 – 1974); e o Fim do Império Etíope (1974-...). Essa divisão é muito mais condizente e menos eurocêntrica da História da Etiópia do que a outorgada por Krebs.

Outro autor medievalista ou de origem em “Estudos Medievais” que gostaria de discutir é Otávio Luiz Vieira Pinto. No artigo publicado em 2020, “Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana”, Pinto o dividiu em cinco partes (Introdução: África Livre, África Medieval; Uma Genealogia Medieval; O Medievo sai da Europa; O Leão do Mali; e Conclusão: existe uma Idade Média Africana?), as quais apresenta três arqueólogos (um Sul-africano e dois britânicos), que utilizam o termo África Medieval, na primeira parte; no segundo momento faz um balanço

historiográfico sobre Idade Média e Estudos Medievais; posteriormente, continua a analisar os pesquisadores especialistas em Estudos Medievais que adotam a Decolonialidade para o campo: “[...] descentralizar a Europa, ou seja, buscar uma Idade Média que inclua os espaços da Ásia e da África” (PINTO, 2020, p. 135). Insere alguns pesquisadores, que já citei uma parte deles no presente artigo, que analisam uma denominada África Ocidental na Idade Média, através das unidades políticas de *Wagadu* (Gana), Mali e Songai; no penúltimo momento, faz uma análise sobre Mansá Mūsā I a partir das “fontes árabes” e europeias (ibn Khaldūn e o Atlas Catalão de Carlos V, produzido por Abraão Cresques em 1375); e, na conclusão, aponta que quase todos os estudos que relatam uma África Medieval se limitam ao norte da África, apenas para sabatar as experiências históricas dos europeus. Assim, a Idade Média não seria decolonial, mas expansionista em termos epistemológicos, colonizando as narrativas históricas de outrem (PINTO, 2020, p. 145).

Como solução ao problema diagnosticado, o autor explica que incorporar a África ao Sul do Saara no espaço da “Idade Média Global”, sem se atentar para as especificidades dessas sociedades é um tipo de “Medievalismo de exportação”, expandindo o Medievo europeu para outras partes. Além disso, a historiografia global só alcançará uma perspectiva pós-Colonial se escapar das periodizações atuais, adotando uma “Afro-Eurásia pré-Moderna”, pois as estruturas culturais, sociais e políticas do continente africano ao Sul do Saara obedecem a um ritmo próprio que não é o “Medievalismo Acadêmico” (PINTO, 2020, p. 147).

Embora o autor registre as limitações de se adotar uma “Idade Média Africana” não a nega. Apenas esboça como solução o uso de sociedades pré-modernas, analisando o soberano Mansá Mūsā I dentro dos Estudos Medievais. Mas o que seria uma sociedade pré-moderna? Segundo a explicação do autor, “o designativo ‘pré-Moderno’, neste sentido, é adequado, porque indica que a

narrativa histórica que será colocada em foco precede justamente o que a torna excludente: a noção de Modernidade Europeia, que forja uma narrativa mestra e universal no qual a Europa detém o protagonista” (PINTO, 2020, p. 147).

Em suma, é uma tentativa de escapar do protagonismo eurocêntrico. Na verdade, na minha concepção, essa periodização reforça o eurocentrismo, pois coloca todos os povos da dita África diretamente ao Sul do Saara, com toda sua diversidade política, social e cultural, como algo homogêneo. Além disso, até que ponto esse Pré-Moderno não seria um neologismo para Antiguidade e Idade Média? E, por que a modernidade seria o divisor de águas do continente africano? Devo destacar que o autor também não explica o que entende por Decolonial e não está preocupado em analisar o continente africano, mas sim, como a África poderia entrar nos Estudos Medievais Globais, i.e., Otávio Pinto acaba por fazer exatamente o que intentava combater.

No segundo artigo, “Há medieval ao sul do Equador? Uma gramática do poder africano entre o “Império do Mali” e o Grande Zimbabwe (século XIV)”, de 2021, Otávio Pinto (2021, p. 97) traça alguns pontos parecidos com o trabalho anterior: utiliza da mesma fonte, Creques Abraão, ou o Manuscrito Espanhol 30, para falar da riqueza de Mansá Mūsā I; faz um balanço sobre a genealogia dos estudos medievais; e tece considerações sobre como as epistemologias dos Estudos Decoloniais e da História Global jogaram luz sobre as novas posturas dos Estudos Medievais. Inova e muda de postura, contudo, ao trabalhar com o binômio mandê/bantu, em que essas sociedades teriam as estruturas de pensamento idênticas entre si, senão análogas, em função de pertencerem aos respectivos grupos linguísticos, “proto nígero-congolês”; afirma que a possibilidade de se comparar o Mali ao Grande Zimbábue reside no fato de ambos terem ancestralidades comuns dentro de seus próprios grupos linguísticos e, portanto, comportamentos parecidos ou de aderência; afiança que esses dois últimos fatores, grupos linguísticos e ancestralidades,

possibilitam haver uma “Idade Média Africana”: “Desta forma, propor uma História Comparada a partir do binômio bantu/mandê (isto é, Zimbabwe/Mali) torna palpável a possibilidade de se narrar uma ‘Idade Média Africana’” (PINTO, 2021, p. 99-100); e, por último, garante que há uma “Gramática do Poder Africano entre os mandê e os bantu”, pois os dois “[...] potentados [do Mali e do Grande Zimbábue] são os principais representantes políticos dos mais populosos grupos linguísticos da África, cujos ápices desses soberanos ocorrem em pleno século XIV, tendo as hegemonias regionais do comércio de ouro, em que “[...] ambos potentados formam, do ponto de vista historiográfico, a ‘Idade Média ao Sul do Saara’ e o poder que exercia sobre o “capital humano”, mais efetivo do que o controle direto sobre a terra” (PINTO, 2021, p. 112-115).

A partir disso, finaliza o autor:

Desta forma, podemos dizer que há, sim, o Medieval ao Sul do equador, mas este *Medieval* não é aquele dos reinos europeus, tampouco é marca de barbarismo ou atraso. A ascensão de “Impérios Africanos” marca o tempo da própria África, de uma Era de Ouro onde práticas políticas ganham forma e gramáticas de poder se definem. Talvez não seja epistemologicamente prudente chamar esta África, do Mali e do Zimbabwe, de *Medieval*, mas também não é prudente esquecer que estes potentados são parte integral e fundamental da História da *Afroeurásia* (PINTO, 2021, p. 116).

Peço ao leitor e a leitora para me deixar considerar os pontos levantados individualmente. Em primeiro lugar, o binômio mandê/bantu como um fator a dar uma homogeneidade aos povos. Jean-Pierre Chrétien (1985, p. 43-66) analisando em especial o caso dos ditos bantos, mas que acredito poder inserir o mesmo para os mandê, afirma que essa denominação tem um certo apelo racista pela etnolinguística. A palavra “bantu”, cujo significado é “ser humano”, foi utilizada em um sentido mais político, que orbitava o nacionalismo, o eurocentrismo e, portanto, tinha um teor potencialmente racista. Nenhum

camponês do passado, segue argumentando Chrétien ao utilizar dos trabalhos de Jan Vansina, diria eu sou um banto, a menos que fizesse referência ao fato de ser um “ser humano”, mas nunca enquanto uma identidade. Assim, o uso indiscriminado do termo banto está mais ligado aos gabinetes dos administradores coloniais e aos missionários cristãos, do que em uma realidade palpável.⁵

Com relação ao Atlas Catalão, elaborado por Cresques Abraão em 1375, que é ponto caro na formulação de Pinto sobre a “Gramática do Poder Africana” baseada no ouro, destaca-se que foi encomendado por Pedro IV da Catalunha como presente ao infante Carlos V da França (MORAL, 2012, p. 42). Dentre outras coisas, havia como interesse demonstrar as possibilidades de se fazer comércio com outras regiões do “Mundo Conhecido”, muito em função das expansões de época (Sicília, Canárias e outras áreas), tornando-se obrigatório para os navegantes, pilotos, marinheiros e todos os tipos de trabalhadores marítimos (NOGUEIRA, 2017, p. 5-7).

O Manuscrito Espanhol 30 faz parte da produção cartográfica de Maiorca, do denominado “Padrão Portulano” e está intimamente ligado à própria família judia de Cresques Abraham (NOGUEIRA, 2013, p. 98-99). Malgrado o documento tenha algumas informações mais condizentes e precisas com a realidade dos povos descritos do que os mapas feitos anteriormente, diferenciando-se das representações da Europa Medieval sobre a África (OLIVA, 2005, p. 96-97), “inclusive do reino do Mali, no Sudão, local onde

5 Para a análise das diferenças estruturais entre os dois povos mandê de Kaabu e Mali, sugiro a leitura de (LOPES, 2005, p. 12-14). Em termos de contradições na afirmação de que havia uma ancestralidade comum entre os povos que pertencem ao mesmo grupo linguístico, sobretudo os “bantus”, ver o caso de Luba e Lunda (M'BOKOLO, 2011, p. 559). Em termos do questionamento para as ligações entre ancestralidade e povos de língua mandê, acredito que as leituras de (BÂ, 1994, p. 17; e BÂ, 2013, p. 12) sejam suficientes. Com relação as possibilidades de divisões das denominadas línguas mandê, incluindo a sua não existência, ver: (DELAFOSSÉ, 1901, p. 218-294; e GREENBERG, 2010, p. 317-336).

estariam situadas minas de ouro e abundantes quantidades de sal” (MACEDO, 2001, p. 19), estava longe de ser uma fonte fidedigna sobre a base do poder desses grupos humanos: apresenta certa homogeneidade religiosa, política e cultural entre as unidades políticas do Norte do continente africano (MOTA, 2014, p. 70); os soberanos muçulmanos da África foram representados como brancos (MORAL, 2012, p. 45; e BETHENCOURT, 2018, p. 59); e havia uma preocupação com as rotas e comércio feitos com base no ouro (MORAL, 2012, p. 46). Acrescento ainda que no manuscrito não há referências ao fato dos cativos serem a base das economias de muitos povos do Norte da África, sobretudo, o “Reino do Mali” (CRESQUES, 1375). Com isso, o Manuscrito Espanhol 30 feito por Cresques fez com que Pinto caísse em uma armadilha relativamente simples: a Gramática de Poder africana baseada no ouro, conforme demonstrada pelo autor, é, na verdade, a Gramática de Poder do Ocidente Medieval, pesada em ouro.

Resumindo, parece-me, mais uma vez, que os dois textos de Pinto são tentativas de inserir a África nos Estudos Medievais, com ênfase na “Idade Média Global”, de cunho decolonial, para a própria Europa da Idade Média. Pinto insiste que é possível ter ou de analisar uma África Medieval, com um “Medieval diferente do europeu”, porém não fica claro o que seria isso e qual a necessidade do uso dessa periodização em sociedades com outras formas de representar os próprios tempos históricos. Assim, ao colocar a África no período da Idade Média, todos os autores acabaram por formular mais um capítulo da Biblioteca Colonial ou, como será tomado aqui, uma Biblioteca Neocolonial.

Por periodizações autônomas: o fim da biblioteca neocolonial

Valentin-Yves Mudimbe (2013, p. 217-224) descreve que a África só

existe a partir da biblioteca colonial, que distingue o colonizador do colonizado, ao mesmo tempo que o continente se explica como simulacro de seus dominadores. Desse modo, a alteridade existe em relação aos africanos, mas apenas como uma estratégia ideológica e ortodoxia científica para manter sua subordinação, cujos constructos são compulsoriamente aqueles dos conquistadores.

Isso explica todo um sistema histórico utilizado como ferramenta para a África, como também, ponto caro no presente artigo, a sua periodização eurocêntrica, feita de forma universal. A existência de qualquer Era para o continente africano seria uma parte disso, seja Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. O problema em si não é a imposição de um período, mas a sua característica eurocentrada, que não explica as especificidades dos povos do continente africano.

No caso da “Idade Média Global”, que analisa os povos da África, a questão reside não na parte em que há as relações dos povos europeus com os daquele continente, sob o prisma da Europa, mas na análise das relações, culturas, políticas, unidades políticas centralizadas ou não para um período totalmente estranho aos homens e mulheres da África. Assim, quando se fala que *Wagadu*, Mali, “Grande Zimbábue”, *Kongo dya Nza*, Axum e outros estão em uma suposta Idade Média convém sempre indagar a compreensão desse período e sua possibilidade de uso para o continente, como também, se há um encaixe dele. Ainda que seja uma articulação de ordem didática para que o leitor e a leitora possa se localizar no tempo, a ausência de “estranheza” fortalece ainda mais o eurocentrismo, não criando balizas capazes de colocar a África por ela mesma no cenário historiográfico (EZE, 2011, p. 11-19).

Por outro lado, quando os autores afirmam existir uma Idade Média africana a partir das elaborações de uma Idade Média Global Decolonial, acabam caindo em uma vertente nova – a da Biblioteca Neocolonial, pois

definem tacitamente a especificidade formal da África, mas reafirmam sua dependência epistemológica e cultural (GFNTILI, 1998, p. 181). Com isso, colocam os povos do continente africano em um suposto protagonismo, considerando suas particularidades, dentro da ideia de “Epistemologias do Sul Global”, mas os aprisionam em uma “Idade Média” europeia. Na *práxis*, fortalece-se mais os Estudos Medievais, expandindo-os geograficamente sobre a África e formulando um estudo “Decolonial colonizador”, i.e., uma Biblioteca Neocolonial que se diz decolonial. Como escreveram Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (2002, p. 15-17), o imperialismo cultural naturaliza ou cria certa neutralização dos conceitos históricos, fazendo com que ocorra o esquecimento das condições históricas de sua origem de produção. Assim, a periodização eurocêntrica deixa de ser percebida como uma ferramenta do colonialismo e de reafirmação da superioridade Ocidental, dita Universal. A África se torna uma ferramenta para reafirmar e/ou retroalimentar a periodização eurocêntrica, ainda que se escreva que o medieval africano não seja o mesmo do europeu, este se impõe como métrica. Logo, o ato de decolonizar a “Idade Média” não pode ser feito às expensas de neocolonizar a África.

Desse modo, isso impossibilita a inserção da África na História Global, quanto mais nas relações com os povos da Europa Medieval. Ainda que seja extremamente importante de se fazer essas conexões para demonstrar as inovações surgidas na África e que foram absorvidas pelos povos europeus, dentro do pensamento de Molefi Kete Asante (1998, p. 11), que afirma: “Sem a perspectiva afrocêntrica, a imposição da linha europeia como universal impede o entendimento cultural e humilha a humanidade”, na prática, há uma hierarquia epistemológica. Porém, é importante lembrar que a África é parte integrante dos “mundos atlântico, mediterrâneo, árabe, indiano e indonésio”, mas que tinha distinções sociais, culturais e políticas internas (MACEDO, 2008, p. 20), e que essa integração dos europeus do medievo com alguns povos da

África não a transforma em algo homogêneo e, tampouco, em medieval, ainda que alguns afirmem que seja uma Idade Média distinta daquela da Europa.

Nesse ponto, parece que uma visão voltada para a “História Conectada” auxiliaria mais a pensar inúmeras temporalidades concomitantes, em um contexto de “Longa Duração”, desvinculada do eurocentrismo, do que a História Global (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 491-494). Assim, escapar-se-ia dos grilhões e das armadilhas da proposta anglófona da História Global, tendo como solução as Histórias Conectadas, como amplamente estudado pelos pesquisadores francófonos.

Dentre os estudiosos das ditas Histórias Conectadas, destaca-se os trabalhos fomentados por Serge Gruzinski. Este autor percebeu, ao analisar o atual México entre os séculos XVI e XVIII, que a região se vinculava às diversas partes do mundo, mas mantinha certa autonomia cosmogônica. Assim, muitos padres jesuítas, franciscanos e outros tentaram inicialmente utilizar de divindades e “lugares cosmogônicos” das religiões locais para fazerem analogias com santos e dimensões católicas, como o Paraíso e o Inferno. No entanto, havia deturpações claras e a saída dos padres foi a de utilizar iconografias cristãs, cujo o resultado imediato foi a mesclagem desses ícones cristãos cercados por figuras do panteão de deuses dos povos originários do México (GRUZINSKI, 2003, p. 273-277).

No breve exemplo listado acima é possível notar como a “História Conectada” faz exatamente aquilo que a Global não consegue: pensar o local e o global, ao mesmo tempo. A História Global explica, não raras vezes, certos fenômenos dentro de uma perspectiva eivada pela dicotomia “Centro” e “Periferia”, reforçando um novo eurocentrismo ou neocolonialismo, metamorfoseado em anglocentrismo, enfatizando as dinâmicas ocorridas no Ocidente (HAUSBERGER; PANI, 2018, p. 182). Por isso, determinados autores apresentados no presente artigo escreveram sobre a África dentro de uma

“Idade Média Global”, não permitindo existir certa ambivalência de periodizações, como deve ocorrer (GRUZINSKI, 2004, p. 269-272).

Um bom exemplo de uso de periodizações múltiplas está no trabalho de Sanjay Subrahmanyam (1997, p. 736-737), o qual o autor argumenta que o período Moderno europeu pode ter sido algo mundializado, não sob a égide da “modernidade” eurocentrada, mas um fenômeno particularmente mais amplo: há um ideal de descobertas, que vai das viagens promovidas pelos navegadores da Península Ibérica até as fomentadas pelos chineses; a partir dessas viagens, houve mudanças importantes nas concepções de espaço, cartografia e, até mesmo, etnografias; existiam conflitos estruturais, ainda que incipientes, entre sociedades rurais e urbanas; e fomentava-se o surgimento de um comércio global, sobretudo o de escravizados.

Por outro lado, as diferenças são claramente importantes e denotam autonomias próprias, i.e., havia conexões, mas não uma padronização/uniformização das periodizações, como parece que a História Global clama. Nesse sentido, malgrado os medievalistas possam rejeitar a ideia, tal qual o próprio Subrahmanyam afirma, esse período para as sociedades não-europeias não foi antecedido por uma “Antiguidade Clássica”, uma Idade Média ou um possível feudalismo, um Renascimento Cultural e, assim, havia a ausência de um sentimento de modernidade como o existente na Europa Ocidental; e, tampouco, esse período “não-europeu” também não desembocou na constituição de Estados-nações ou do nacionalismo. Ou seja, havia similitudes notórias de mudanças ao redor do mundo, mas que não se constituíam em uma unidade de pensamento ou em um período Moderno geral (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 738-739). Na verdade, as diferenças informam muito mais a impossibilidade de se trabalhar com as noções de Período ou Eras unificadoras.

Problema de igual envergadura que aparece nos textos analisados e que

afirmam existir uma “África Medieval” é a quase ausência de diálogos, críticas e debates com autores africanos e/ou africanistas sobre a temática do tempo e outras. Esse estranhamento já havia sido notado por autores do próprio continente africano: Valentin-Yves Mudimbe (2013, p. 306) afirmou que a “invenção” da África é sempre algo externo, fazendo parte de uma gnose que não reconhece as concepções internas das pessoas do continente. José P. Castiano (2010, p. 127), por sua vez e ao tecer críticas ao afrocentrismo de Molefe Kete Asante, dissertou: “[...] o mais estranho é que estes autores escrevem sem incorporar o manancial filosófico que cresce no continente que eles reclamam pertencer: o continente africano”.

Esses dois autores já seriam suficientes para que o leitor e a leitora percebesse as limitações de trabalhos que buscam alocar o continente africano em Eras, eventos, periodizações e tempos eurocentrados. Todavia, perpassa uma questão ainda mais cara e que se conecta ao que denomino de “Neocolonialismo”. Quando os “medievalistas de África” tecem pouco ou nenhum diálogo com autores africanos e/ou africanistas, acabam caindo naquilo que Emmanuel Chukwudi Eze (2011, p. 4-48) denominou de a ausência do *cogito* (pensar) ou o *cogito* pelo viés do outro, como, por exemplo, aparecem nas “Filosofias Bantus”, que serviram mais para subjugar, cativar e segregar os africanos. Logo, se aos pesquisadores fora do “Centro”, i.e., os da “Periferia”, para inserir a História Global nesse breve debate, são silenciados, em termos epistemológicos, há uma clara referência como sendo o *cogito* único e possível aquele emanado pelos pensadores advindos apenas do “Centro” e isso pode ser percebido como um aspecto neocolonial também.

Acrescento ainda a discussão desenvolvida por Paulin J. Hountondji (2008), que partiu da seguinte problemática: quão africanos são os chamados estudos africanos? A questão levantada pelo autor se refere a uma História da África feita a partir de um discurso histórico sobre a África e não por um

proveniente ou produzido por pessoas do continente. Assim como Eze dissertou sobre a “Filosofia Bantu”, Hountondji ressalta que essa é uma “Filosofia Bantu” de fora, fomentada pelo belga Placide Tempels e, posteriormente, incorporada ao repertório conceitual africano, apesar de estranha a ele mesmo.

Esse paralelo é o mesmo que ocorre no caso da África Medieval. A utilização de uma tradição historiográfica da Periodização Quadripartite e sua universalização acaba por transformar os seus usos para sociedades fora da Europa Ocidental em uma ferramenta de alienação. Em relação a essa ideia de tradicional, Severino Elias Ngoenha (1993, p. 99-100) argumenta que se deve fazer uma crítica metódica e dialética na direção de questionar o dito “tradicional”, levando a “descolonizar” as mentes. Nessa esteira, a repetição do dogmatismo da divisão quadripartite leva em questão a própria colonização do ser, obstruindo a possibilidade de que o tempo não necessariamente seja único ou universal, pois o paralaxe cultural revela como esse se manifesta e como cada sociedade tem sua própria história e/ou noção de história, o que faz com que ocorra periodizações próprias e distintas das do Ocidente.

Ainda nesse sentido, posso tomar de empréstimo o que foi aventado por Marcien Towa (2015, p. 65) com relação ao imperialismo epistemológico do Ocidente:

Não é o culto, mas a traição ao pensamento, que é necessário condenar na civilização ocidental; o Ocidente não é culpado pela extensão e pela universalização da razão, mas, sim, pela sua limitação criminal. [...]. É através do pensamento que o homem afirma sua liberdade, sua força e sua superioridade sobre todos os seres conhecidos.

Assim, a questão não reside em como o Ocidente pensa os demais povos ou quais aportes teóricos ocidentais são utilizados, ou ainda, qual escala de

tempo e de periodizações foram impostas, mas sim, como os pesquisadores, sobretudo os africanistas, reagiram em relação a isso. O Ocidente intenta a falsificação e a alienação da história dos povos dominados a todo momento, o que não vem a ser uma surpresa. Porém, a forma como isso é naturalizado é o que importa. Por este prisma, quando os autores afirmam haver uma Idade Média africana estão reproduzindo e reafirmando esse repertório taxonômico criado pelo colonizador. E é exatamente isso que os africanistas devem combater, tentando encontrar uma periodização, ou várias, na(s) qual(is) a(s) história(s) africana(s) possa(m) ter o(s) seu(s) lugar(es) próprio(s), escapando da tutela epistemológica imposta pelo Ocidente.

Considerações Finais

A conclusão óbvia do presente artigo é que qualquer forma de inserir os povos do continente africano na divisão de tempo quadripartite ocidental seria uma forma de imperialismo epistemológico. A África, com seus inúmeros povos, torna-se assim, um desafio a quem queira tentar a enquadrar em períodos externos. O mais sensato seria entender as lógicas internas de cada povo para, então, utilizar de suas próprias periodizações.

A utilização da História Global e, em especial, a forma como as análises decoloniais têm aparecido envolvendo os povos do continente africano têm contribuído para se estudar as periodizações *per se* e não a História da África. Nessa esteira, buscou-se promover o conceito de Biblioteca Neocolonial, que, diferentemente da Colonial, apresenta uma retórica a dar o protagonismo aos povos africanos, mas, contraditoriamente, fortalece as subáreas e as periodizações eurocêntricas.

Por último, ressaltei que seria importante evitar os estudos de História Global em tempos anteriores à própria Globalização, como é o caso da Idade

Média europeia, com os povos da África, assim como, é necessário demonstrar que esses grupos tinham dinâmicas próprias, inclusive, com noções de tempos específicas, que, não raro, eram distintas daquelas vindas da Europa. Ao demonstrar essa multiplicidade de tempo, estaria, de fato, utilizando dos Estudos Decoloniais na análise da África e, por extensão, para os campos de saberes para outras regiões, como é a Idade Média europeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEJUMOBI, Saheed A. **The history of Ethiopia**. London: Greenwood Press, 2007.

ALTSCHUL, Nadia R.; GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. **Em Busca dos Dragões: a Idade Média no Brasil**. Antíteses, Londrina, v.13, n. 25, p. 024-035 jan-jun. 2020.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

ASANTE, Molefi Kete. **The Afrocentric Idea**. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena, 2013.

BÂ, Amadou Hampâté. **Contes initiatiques peuls: Njeddo Dewal, mère de la calamité suivi de Kaïdara**. Paris: Stock, 1994.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A perspectiva africana na História Geral da África (Unesco)**. Tempo, Niterói, Vol. 24, n. 3, p. 400-421, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **O Tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.

BERRIEL, Marcelo Santiago. **Pour un autre moyen age au Brésil: a perspectiva decolonial na busca de uma episteme para a compreensão dos medievalismos brasileiros**. Antíteses, Londrina, v.13, n. 26, p. 68-96, jul-dez. 2020.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: Das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n.º 1, 2002, p. 15-33.

CARDOSO, Ciro F. S. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP, EDUSC, 2005.

CASTIANO, José P. **Referenciais da Filosofia Africana: Em busca da Intersubjetivação**. Maputo: UDEBA, 2010.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. **Les Bantous, de la philologie allemande à l'authenticité africaine**. Vingtième Siècle, revue d'histoire, n.º8, octobre-décembre 1985, p. 43-66.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995.

CONRAD, David C. **Empires of medieval West Africa: Ghana, Mali, and Songhay**. London: Chelsea House, 2005.

CRESQUES, Abraham. **Abraham Cresques? Atlas de cartes marines, dit [Atlas catalan]**. Paris: Bibliothèque Nationale de France – Gallica, 1375. Manuscrito. Departamento de Manuscritos – Espanhol 30, identificador ark:/12148/btv1b55002481n. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002481n/f7.item>. Acesso em: 01 abril 2024.

DELAFOSSÉ, Maurice. **Essai de manuel pratique de la langue mandé ou mandingue**. Paris: Ernest Leroux, 1901.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. **Discussion: the futures of global history**. Journal of global History, v. 13, p. 1-21, 2018.

EZE, Emmanuel Chukwudi. **Achieving our humanity: The idea of the postracial future**. London: Routledge, 2011.

FARIAS, Paulo Fernando Moraes. **Arabic medieval inscriptions from the republic of Mali: epigraphy, chronicles and songhay-tuareg history**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FAUVELLE-AYMAR, François-Xavier. **Le Rhinocéros D'or: Histoires du Moyen Âge Africain**. Paris: Alma Editeur, 2013.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

GFNTILI, Anna Maria. **Colonialismo**. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, p. 181-186.

GOMEZ, Michael. **African Dominion: A new history of empire in early and medieval West Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

GREENBERG, Joseph. **Parte I: Classificação das línguas da África**. In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 317-336.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **Les quatre parties du monde: Histoire d'une mondialisation**. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

HAUSBERGER, Bernd; PANI, Erika. **Historia Global. Presentación**. En: Historia Mexicana. (México, D.F., 2018), pp. 177-196.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 80, 2008, p. 149-160.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra I**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

KREBS, Verena. **Medieval Ethiopian Kingship, Craft, and Diplomacy with Latin Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2021.

LE GOFF, Jacques. **A História deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEV TZION, Nehemia; SAPULDING, Jay. **Medieval West Africa: Views from Arab Scholars and Merchants**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2003.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **África, entre a representação e a coisa representada: Ruanda, 1994**. Tese (Tese de Titularidade no Departamento de Educação, campus II, Universidade do Estado da Bahia). Alagoinhas: UNEB, 2023.

LOPES, Carlos. **Kaabu e seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. Afro-Ásia, 32 (2005), 9-28.

MACEDO, José Rivair. **Antigas civilizações africanas: historiografia e evidências documentais**. In: MACEDO, José Rivair. (org.). Desvendando a história da África. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MACEDO, José Rivair. **Antigas Sociedades da África Negra**. São Paulo: Contexto, 2021.

MACEDO, José Rivair. **Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval**. SIGNUM: Revista da ABREM, Vol. 3, p. 101-132, 2001.

MACEACHERN, Scott. **Globalization: contact between West Africa, North Africa and Europe during the European medieval period**. In: HODOS, Tamar (Ed.). The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization. London: Routledge, p. 2017, p. 90-103.

MARQUES, Diego Souza. **O comércio transaariano e os estados do Sudão Ocidental: séculos VIII-XVI**. In: MACEDO, José Rivair (Org.). Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 44-52.

MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto-inscrição**. Estudos Afro-Asiáticos. Salvador: UFBA, Ano 23, nº 1, 2001, p. 172-209.

MBEMBE, Achille. **O tempo que se move**. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 24, p. 369-397, 2015.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Salvador: EDUFBA, 2009 e 2011.

MCKISSACK, Patricia; MCKISSACK, Fredrick. **The royal kingdoms of Ghana, Mali, and Songhay: life in medieval Africa**. New York: H. Holt, 1994.

MORAL, Eric García. **África desde los mapas: Un viaje cartográfico por la historia del África Negra**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2012.

MOTA, Thiago Henrique. **A Outra Cor de Mafamede: Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades**. Maputo: Edições Paulistas, 1993.

NOGUEIRA, Magali Gomes. **O manuscrito Espanhol 30 e a Família do judeu Cresques Abraham: um estudo sobre as fontes da Cartografia Maiorquina (séculos XIII-XIV)**. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NOGUEIRA, Magali Gomes. **O “obrador” do judeu Cresques Abraham. Um estudo sobre a cartografia medieval maiorquina (século XIV)**. Revista de História (São Paulo), n.176, 2017, p. 1-24.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental**. Em Tempo de Histórias, PPG-HIS/UnB, nº9, Brasília, 2005, p. 90-114.

OLIVEIRA, Wellington de; MIRANDA, Mônica Liz. **Uma discussão sobre a periodização na História**. Tiempo y Sociedad, 17 (2014), pp. 7-32.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. **Há medieval ao sul do Equador? Uma gramática do poder africano entre o “Império do Mali” e o Grande Zimbábwe (século**

XIV). Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 93-121, 2021.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. **Made in Medieval: a ‘exportação’ do Medievalismo e a compreensão da História Africana**. Antíteses, Londrina, v.13, n. 26, p. 126-155, jul-dez. 2020.

POMIAN. Krzysztof. **“Periodização”**. Enciclopédia Einaudi, vol. 29. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 164-213.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales (Perspectivas latinoamericanas). Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. **História global: um empreendimento intelectual em curso**. Revista Tempo. Rio de Janeiro, Vol. 23, n. 3, p. 482-502, Set./Dez. 2017.

SILVA, Marcelo Cândido da. **Uma História Global antes da Globalização? circulação e espaços conectados na Idade Média**. Revista de História. (São Paulo), n.179, 2020, p. 1-19.

SILVEIRA, Éder da; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Viajantes brancos na África negra do século XV**. In: MACEDO, José Rivair (Org.). Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 81-90.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia**. Modern Asian Studies, Vol. 31, No. 3, (Jul., 1997), p. 735-762.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

ZANOTO, Diego Schwalb. **A escravidão entre os povos do Sudão Ocidental: século VII-XVI**. In: MACEDO, José Rivair (Org.). Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 66-80.